



## SESSÃO TEMÁTICA Nº 12 – GOVERNANÇA DIGITAL E AÇÃO PÚBLICA

### SOCIOLOGIA POLÍTICA E GOVERNANÇA DIGITAL: PERFIL DE RECRUTAMENTO DOS CONSELHEIROS INDICADOS PELO GOVERNO AO COMITÊ GESTOR DA INTERNET (2004-2020)

**Mateus C. M. de ALBUQUERQUE (PPGCP/UFPR)**  
**Maurício de Souza FANFA (POSCOM/UFMS)**

#### **Resumo:**

O Comitê Gestor da Internet (CGIbr) é o órgão responsável pela realização da governança da Internet, isto é, a regulamentação de todos os elementos administrativos e estruturais que envolvem a Internet no Brasil. O CGIbr é formado por 21 membros e, destes, 8 são indicados diretamente pelo governo. Este trabalho tem por objetivo analisar os perfis destes indicados entre os anos de 2004 e 2020. O recorte temporal se justifica pelo fato de o atual formato do conselho ter sido estabelecido em setembro de 2003. Para realizar esta investigação, o trabalho fará uso do método prosopográfico. As variáveis a serem analisadas para traçar o perfil destes indicados são as trajetórias de carreira profissional e educacional dos conselheiros. Com isso, além de se analisar padrões de indicação, o trabalho também busca averiguar se há mudança nestes perfis entre os governos do recorte selecionado. Como achado, foi possível identificar que enquanto as primeiras formações do Conselho, no governo Lula da Silva, apresentavam certa heterogeneidade de perfis, com presença de acadêmicos, a partir do governo Dilma Rousseff se estabelece um padrão de homogeneização dos indicados ao Conselho, especialmente com destaque a burocratas (nomeados e concursados) da administração federal, que possuam, no mínimo, alguma pós-graduação.

**Palavras-chave:** CGIbr. Governança da Internet. Prosopografia.

## **1. INTRODUÇÃO**

Nos limites do território nacional, a Internet se apresenta e é organizada através de diversos elementos: cabos de fibra óptica internacionais; protocolos e equipamentos nos Pontos de Troca de Tráfego (PTTs), locais onde uma rede troca dados com outras; na gestão empresarial das empresas provedoras de Internet; e na legislação e regulamentação sobre seus usos e composição. A gestão destes é feita de acordo com o que ficou conhecido na literatura como governança da Internet.

A governança da Internet é, de acordo com Laura DeNardis (2014), um dos mais importantes assuntos de interesse público da atualidade, justamente pois pretende articular a interoperabilidade técnica e legal de uma rede mundial. Hoje “a governança da Internet é o rótulo mais inclusivo, simples e direto para caracterizar o conjunto de disputas e deliberações sobre como a Internet é coordenada, gerenciada e moldada para refletir políticas” (MUELLER, 2010, p. 9, tradução nossa). Trata-se do método através do qual o desenvolvimento técnico da Internet é gerenciado, portanto, socialmente condicionado.

No Brasil, a principal autoridade em governança da Internet é o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGIbr). Criado com a Portaria Interministerial MCT/MC nº 147 de 31 de maio 1995 (BRASIL, 1995), é regido hoje pelo Decreto nº 4.829, de 3 de setembro de 2003 (BRASIL, 2003). O mesmo decreto versa sobre o modelo de governança da Internet para o país. A exemplo de órgãos similares em outros países e seguindo o estado da arte em governança da Internet na época de sua criação, o CGIbr é composto seguindo um modelo multissetorial, ou seja, diversos setores da sociedade estão lá representados, entre eles, o setor estatal.

De acordo Perissinotto (2004), a tradição dos estudos sobre o Estado, em vertentes marxistas ou weberianas, são eminentemente conectadas ao estudo sobre a sociedade, seja como determinação do Estado, seja determinada por este. A agenda da sociologia política é robustecida então pelo fato de evitar as armadilhas institucionalistas, como a tendência a neutralizar o papel determinante da sociedade sobre a ação do decisor; e a dificuldade de visualizar interconexões entre as diferentes instituições. Sendo o Estado uma das partes reguladoras da Internet brasileira, cabe aqui mapear quais as variáveis sociais que formam o perfil do decisor estatal presente no CGIbr.

Este trabalho, de cunho descritivo-analítico, possui como objetivo principal responder ao seguinte problema de pesquisa: qual o perfil de carreira e de formação dos agentes de Estado que ocuparam o CGI no período entre 2004 e 2020? O recorte temporal foi o escolhido devido ao fato de, como citado anteriormente, o CGIbr ter encontrado o seu desenho institucional presente a partir de um decreto emitido no segundo semestre de 2003. Por “agentes de Estado”, entende-se

aqui os indicados para ocupar as oito cadeiras destinadas a órgãos do governo federal. Como o período comporta governos de distintas matrizes ideológicas, este trabalho também buscará responder a um questionamento auxiliar: existiram diferenças substantivas nos padrões de recrutamento dos conselheiros nomeados para ambos os cargos entre os governos de Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro? Para tal, submetemos ao método prosopográfico as 60 nomeações de titulares realizadas pelo governo federal no período.

No próximo excerto, faremos uma revisão dos debates político-valorativos quanto à Internet. Após, abordaremos o conceito de Governança da Internet, a história institucional do CGIBr e sua estrutura organizativa. Na seção seguinte, demonstraremos nossos métodos de coleta de dados e os resultados. Por fim, a conclusão.

## **2. INTERNET: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

134 milhões de pessoas maiores de 10 anos têm acesso à Internet no Brasil (74% do total), de acordo com a pesquisa TIC Domicílios 2019 (CGIBR, 2020) — a mais recente produzida, com dados coletados antes da pandemia. A TIC Domicílios 2019 também registrou, pela primeira vez, que mais da metade (53%) dos domicílios em áreas rurais usa a Internet, e também metade dos domicílios das classes DE (50%), ainda que, em tais recortes, persistam desigualdades: 75% dos domicílios em área urbana tem acesso à Internet; 99% da classe A, 95% da B e 80% da C tem acesso. Existem também desigualdades regionais no Brasil: 75% dos domicílios na região sudeste tem acesso à Internet, já no nordeste são 65% dos domicílios.

Diversas transformações sociais contemporâneas são comumente creditadas, ao menos parcialmente, à crescente presença de tal meio de comunicação na sociedade. Entre elas: a massificação de dispositivos digitais de vigilância e controle (GROHMANN, 2016; BAUMAN *et al.*, 2015), movimentos como junho de 2013 e a primavera árabe (MALINI; ANTOUN, 2013; CASTELLS, 2013), guerras híbridas, campanhas de desinformação e governos populistas (CESARINO, 2020; SILVEIRA; CASSINO, 2020), precarização e uberização do trabalho (ABÍLIO, 2020).

Podemos, nos termos das teorias da mediatização, compreender tais transformações através da noção de digitalização da sociedade. A digitalização seria, para autores como Nick Couldry e Andreas Hepp (2017), uma onda de transformações sociais causada pelas relações entre comunicação, mídia e sociedade.

Em análise histórica, Couldry e Hepp (2017) definem a digitalização como uma entre outras ondas de mediatização e a colocam em analogia com outras ondas: a mecanização, marcada pela prensa de tipos móveis, e a eletrificação, marcada pelo telégrafo e pela transmissão de sinais

de rádio e TV e o surgimento dos meios de comunicação de massa. Mídiação é, portanto, um processo social tal qual a globalização, a modernização, entre outros.

Em tal sentido, as transformações sociais que compreendemos pela noção de digitalização e os efeitos da Internet na sociedade são, para as teorias da mídiação (COULDRY; HEPP, 2017), uma modalidade de relação entre mídia e sociedade. Aspectos da tecnologia digital como o gerenciamento massivo de dados, a translocalidade e a agência algorítmica passam a fazer parte das mediações de outros aspectos sociais como vigilância, política, informação, trabalho, entre outros.

O que deve ser evitado em análises do tipo é o midiacentrismo: quando a mídia, e especialmente seus elementos tecnológicos, adquirem aspectos essencialistas e se tornam objeto central da análise. Tal qual a prensa de tipos móveis não é o único agente na análise do surgimento das sociedades modernas, as tecnologias digitais se relacionam com diversos fenômenos.

Apontando caminhos para estudos sobre mídia que evitem o midiacentrismo, David Morley (2009) sugere estudar a comunicação como uma infraestrutura: “questões de transporte e comunicação devem ser analisadas pensando em como ‘redes’ infraestruturais de diferentes tipos permitem (ou inibem) diferentes modos de atividade para diferentes seções da população” (MORLEY, 2009, p. 114, tradução nossa).<sup>1</sup> De forma similar e a partir da filosofia da tecnologia, Yuk Hui (2020) sugere que: “Uma linha férrea bem construída pode acabar aprofundando desigualdades, porque pode ser usada para distribuir recursos capitalistas de modo mais eficiente” (HUI, 2020, p. 82).

O convite de tal perspectiva é aceitar o desafio de pensar a indistinção entre aspectos tecnológicos e sociais, que a tecnologia passe também pelo crivo da crítica. Andrew Feenberg (2010) sugere que a tecnologia deve ser pensada como humanamente controlada e carregada de valores, ou seja, rejeita o instrumentalismo e a crença liberal de que a tecnologia é neutra e de que através dela alcançaremos progresso espontaneamente.

A tecnologia, assim como qualquer outra criação humana, é suscetível a ser utilizada por disputas de poder. É em tal sentido que o presente trabalho pensa a relação entre a construção da Internet e outras transformações e problemáticas sociais contextuais ou anteriores. Daí a importância de considerar a governança de Internet para pensar sua relação com as transformações da digitalização.

---

<sup>1</sup> No original: “*questions of transport and communications must be analyzed in terms of how infrastructural “networks” of different types enable (or inhibit) different modes of activity for different sections of the population.*”

### 3. GOVERNANÇA DA INTERNET E O CGIbr

A governança de Internet é compreendida como as deliberações e as disputas políticas sobre o desenvolvimento e gerência da rede, assim como o estudo e aplicação de métodos de decisão para manter sua infraestrutura (DENARDIS, 2014). É no espaço da governança de Internet que decisões técnicas e interesses políticos convergem fortemente e influenciam a gestão de tal meio de comunicação, logo, é um objeto de estudo privilegiado para a compreensão da relação entre tecnologia e sociedade.

O tema articula questões de liberdade de expressão, privacidade, segurança nacional e inovação e comércio digital. No entanto, a governança da Internet, pela natureza difusa da rede, tem mudado cada vez mais seu controle da burocracia do estado-nação em direção a ordenamentos privados e instituições globais (DENARDIS, 2014).

Milton Mueller (2010) trata do dilema entre a soberania estatal e o caráter mais ou menos anárquico e conflituoso da interoperabilidade na Internet e destaca sua relevância para discutir aspectos como: manutenção de copyright; segurança nacional e crimes cibernéticos; regulação e censura de conteúdo; e dilemas institucionais de administração transnacional. Aqueles responsáveis pela governança de Internet resolvem desde problemas técnicos relativamente simples, como resolver a autoridade sobre o redirecionamento de domínios (URLs) de *sites* ou a escassez de endereços IP, até a elaboração de leis sobre direitos digitais ou a censura a determinados *sites* ou serviços online.

Laura DeNardis e Francesca Musiani (2016) indicam que a infraestrutura deve ser foco de estudo e ação no campo da governança da Internet. Os aspectos infraestruturais, cuja função primária é garantir condição de interconexão entre redes, concatenam em si aspectos técnicos capazes de agir politicamente e tornam-se *proxy* para a ação governamental sobre a Internet (DENARDIS; MUSIANI, 2016).

Não há um único órgão que controle a Internet de maneira soberana, nem nacional nem internacionalmente. Comumente, há um balanço de poderes entre sociedade civil, governos e setor privado. As decisões acerca da governança da Internet realizadas dentro de tal balanço seguem a postura do multissetorialismo, ou seja, buscam levar em conta os diversos setores envolvidos na gestão, como empresas provedoras de Internet, governo, sociedade civil etc.

Mark Raymond e Laura DeNardis (2015) definem multissetorialismo como a participação de múltiplos atores “envolvidos em um empreendimento de governança comum tratando de questões que consideram de natureza pública, caracterizado por relações poliárquicas de autoridade e constituídas por regras processuais.” (RAYMOND; DENARDIS, 2015, p. 573,

tradução nossa).<sup>2</sup> Os autores destacam a importância de tal constituição via regras processuais para o sucesso e qualidade do aspecto multissetorial.

O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGIbr) é a autoridade responsável pela governança de Internet no Brasil. De acordo com o Decreto nº 4.829, de 3 de setembro de 2003 (BRASIL, 2003), o CGIbr tem uma série de atribuições relativas à governança e autoridade em Internet no Brasil. É responsável, por exemplo, por estabelecer diretrizes estratégicas de uso e desenvolvimento da Internet no Brasil e para relação entre governo e sociedade na gestão de assuntos técnicos da rede. Também deve propor pesquisas e programas de desenvolvimento, recomendar procedimentos, normas e padrões técnicos, além de estimular a sua disseminação em todo o território nacional. O CGIbr é encarregado também de representar o país nos fóruns técnicos sobre Internet nacional e internacionalmente.

O decreto (BRASIL, 2003) estabelece que o Comitê deve ser formado por 21 membros titulares e seus suplentes. Desses, três representam a comunidade científica e tecnológica; quatro representam o terceiro setor; quatro, o setor empresarial; um representa o Fórum Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência e Tecnologia. Estes 12 membros são eleitos de maneira colegiada pelas entidades que representam.

Questões específicas de tal processo eleitoral e suas disputas são exploradas, por exemplo, por Fabrício Solagna (2020). O autor (SOLAGNA, 2020) debruça-se sobre as eleições dos colegiados formados pelos setores não-governamentais e identifica quais coalizões de interesses políticos se formaram e pautaram tal processo.

Podemos nos aprofundar brevemente no trabalho de Solagna (2020) a título de contexto das disputas nas quais o CGIbr está inserido. Em síntese, nas eleições para os membros não-estatais do CGIbr, Solagna (2020) identifica três coalizões de interesses: a) a coalizão de pioneiros e ativistas, formada pelo terceiro setor, pesquisadores e movimentos sociais, advogam que a Internet é distinta dos serviços de telecomunicações e deve ter regulações específicas; b) a coalizão corporativa, formada principalmente por setores ligados às empresas de telecomunicações e defendem que a Internet deve ser subordinada ao modelo de telecomunicações; c) a coalizão desafiante, formada por atores que emergiram junto das mudanças políticas de 2016 e buscam delimitar a atuação do CGI.br às questões consideradas mais técnicas e, como a coalizão corporativa, consideram que a regulação da Internet deve se dar como serviço de telecomunicação.

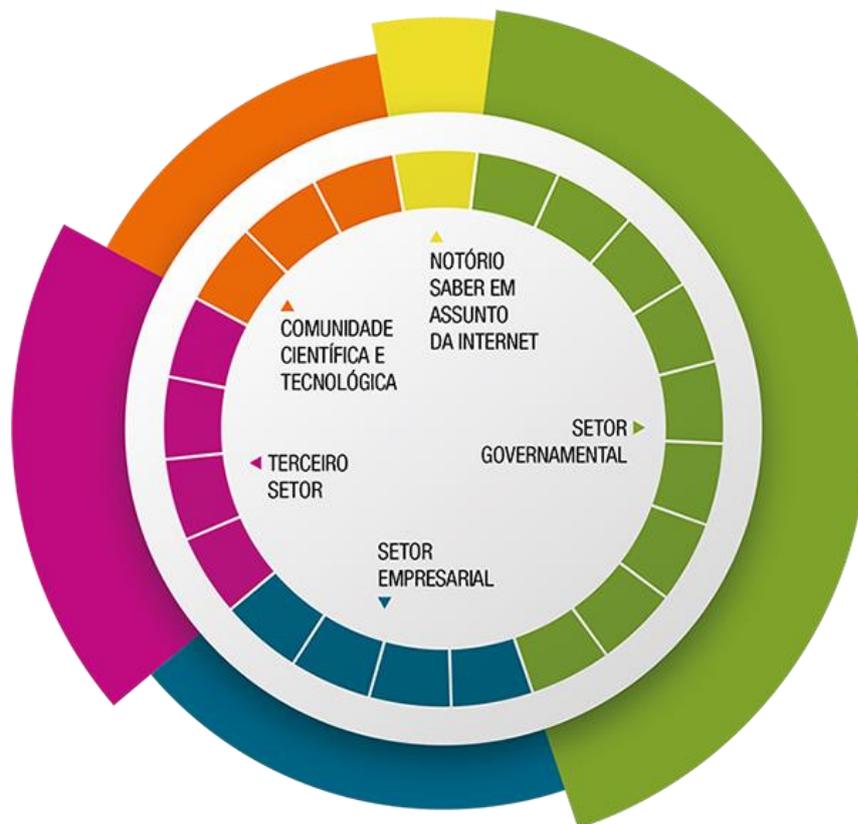
---

<sup>2</sup> No original: “We define multistakeholderism as two or more classes of actors engaged in a common governance enterprise concerning issues they regard as public in nature, and characterized by polyarchic authority relations constituted by procedural rules.”

Nove dos 21 membros do Comitê são indicados pelo governo federal, representando cada um dos seguintes órgãos: Ministério da Ciência e Tecnologia; Casa Civil da Presidência da República; Ministério das Comunicações; Ministério da Defesa; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Agência Nacional de Telecomunicações; e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O representante do Ministério da Ciência e Tecnologia atua como coordenador do Comitê.

Além destes, o Ministério da Ciência e Tecnologia indica também um representante de notório saber em assuntos de Internet. Demi Getschko, engenheiro eletricitista e pioneiro da Internet no Brasil, é reconduzido ao cargo de Notório Saber por todos os governos desde 1995, quando da formação inicial do CGIbr. Um décimo indicado pelo setor governamental é uma indicação do Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CONSECTI), portanto, uma indicação coletiva dos governos estaduais, e não faz parte do *corpus* do presente estudo.

**Gráfico 1** — Composição do CGIbr



Fonte: CGIbr (2021b)

Para exemplificar sua atuação e importância, registra-se no histórico da entidade (CGIBR, [2021a]): a criação de regras para nomes de domínios (URLs) no Brasil em 1996; regras para distribuição dos números IP no Brasil em 1997; regulamentação para a atuação da interconexão entre diferentes redes no país (os pontos de troca de tráfego, ou PTT) em 1997; articulação junto de outros países latino-americanos para estabelecer diretrizes similares em 2000; regras para registro de domínios de empresas estrangeiras no país em 2001; a realização da pesquisa TIC Domicílios, uma das principais referências sobre uso de Internet no Brasil desde 2005; a gestão das consultas públicas para o Marco Civil da Internet desde outubro de 2009 até sua apresentação como projeto de lei em 2011 e acompanhamento de sua tramitação; a publicação da revista .br desde 2009; além da promoção de diversos eventos como o Fórum da Internet no Brasil e a publicação de resoluções e posturas sobre normas sendo discutidas em outros setores no Brasil e em outros países.

O Comitê acumula sucessos na promoção de leis e regulamentações, o que é comumente atribuído a seu modelo de governança de caráter colegiado e multisetorial. De tal forma, o CGIbr, consolidou-se como principal autoridade no que diz respeito a Internet no Brasil. Tomemos como breve exemplo de sua atuação a promoção e elaboração do Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (BRASIL, 2014).

O Marco Civil da Internet (BRASIL, 2014) é a principal e mais abrangente legislação sobre Internet no Brasil. Construída através de vários processos desde 2007 com a participação, dentre outros agentes, do CGIbr. Entre 2013 e 2014, a celeridade em sua aprovação se deu, entre outros fatores, em reação às denúncias de Edward Snowden sobre vigilância global por parte dos Estados Unidos.

Dentre outros aspectos, a lei versa sobre a neutralidade da rede, ou seja, o dever do responsável pela transmissão dos dados de tratá-los igualmente, sem distinção. O ponto garante que motivos políticos ou comerciais não poderão ditar o que pode ou não trafegar na Internet. O tema é analisado juridicamente por Daniel César e Irineu Barreto Júnior (2017), entre outros trabalhos.

A neutralidade da rede foi um dos pontos debatidos extensivamente pelas entidades envolvidas na confecção do Marco Civil, assim como é um bom exemplo das disputas entre os diversos agentes que compõem tais políticas. As empresas de telecomunicação defendiam seu interesse de comercializar pacotes fechados de Internet, com acesso apenas a determinados aplicativos ou *sites*; já usuários e provedores de conteúdo buscavam na neutralidade da rede a manutenção das condições de igualdade de acesso a qualquer conteúdo online. Ver, por exemplo, matéria do Tilt Uol de 29/10/2013 (UOL, 2013).

Ainda que aprovada, a neutralidade da rede da forma como está prevista no Marco Civil da Internet encontra dificuldades regulatórias e desafios técnicos à sua aplicação conceitual inicial, como explicam César e Barreto Júnior (2017), e hoje as empresas de telecomunicação comercializam pacotes fechados de Internet. O CGIbr é uma das entidades responsáveis por garantir a aplicação do Marco Civil da Internet, logo, é tarefa de competência dos agentes aqui analisados.

Como já mencionado, o Marco Civil da Internet é apenas uma das várias interfaces entre tecnologia e política que tem o CGIbr como um dos principais agentes. A nomeação de membros do CGIbr por parte do governo é, portanto, um dos momentos em que o setor estatal entra em contato com diversos outros setores para realizar sua presença e contribuir com a construção da Internet. O perfil dos nomeados, analisado na seção seguinte é o perfil daqueles que, com o aval do Estado, construirão a Internet brasileira tanto fisicamente quanto política e juridicamente.

#### **4. QUEM O GOVERNO ENVIA PARA OCUPAR O CGIbr?**

Neste excerto, observaremos os resultados de nosso estudo. Primeiramente, com a apresentação metodológica, depois, com os resultados propriamente ditos. Nos resultados, dividiremos nossa exposição entre a apresentação do perfil sociológico geral dos indivíduos que ocuparam a titularidade do Conselho entre 2003 e 2020, e dos perfis dentre os diferentes governos que abarcam o nosso recorte.

##### **4.1 Materiais e Métodos**

A base para este estudo está na construção de um banco de dados dos indicados pelo governo ao Comitê Gestor da Internet (CGIbr). Através do próprio site da entidade (CGIbr, 2021a), identificamos um total de 166 nomeações efetivadas através de “área governamental”. A partir disso, filtramos o nosso banco em um novo, retirando os indicados à suplência e os indicados pelo Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti)<sup>3</sup>. Chegamos então a um total de 60 nomeações, comportando um total de 53 nomeados. A diferença entre estes dois bancos se dá pelo fato de que um mesmo conselheiro pode ser indicado mais de uma vez, e em mais de um governo. No caso do banco de nomeações,

---

3 Apesar de o indicado do Consecti constar no *website* do Comitê como uma indicação de “área governamental”, o governo federal não possui poder de decisão nesta indicação: ela é feita por este Conselho, composto por secretários estaduais da área.

repetimos como cédulas apenas as nomeações feitas em governos diferentes, tendo em vista que usaremos esse banco para avaliar a diferença entre os governos.

Para a construção deste banco de dados, fizemos uso do método prosopográfico. Segundo Stone (2011), prosopografia é a “investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (STONE, 2011, p.115). Neste método, se buscam tanto correlações internas quanto correlações com um tipo de ação deste ator. O aspecto da vida a ser analisado varia conforme o objeto. As fontes de busca são diversas: notícias envolvendo os nomeados; redes sociais, currículo Lattes; entre outras. Para a construção de nosso banco de dados, selecionamos as seguintes variáveis de busca:

**Tabela 1 – Variáveis do estudo**

Variável	Categorias	Explicação
Variável 1 – Carreira	Servidor público nomeado	—
	Servidor público de carreira	Órgão de origem do concurso
Variável 2 - Formação Educacional	Nível	Nível de titulação acadêmica
	Área	Área do conhecimento da última titulação acadêmica

Elaborado pelos autores.

Como o nosso *corpus* compreende indivíduos indicados por órgãos do governo a um conselho de conformação, todos os indicados são funcionários públicos, servindo nos órgãos que os indicam. Isso impõe um desafio ao estudo do *background* de carreira deste órgão específico. Optamos por distinguir os que são nomeados para os órgãos, portanto, podem transitar em sua carreira no mercado privado de trabalho, dos que são concursados. Dentre estes concursados, mapeamos qual o seu órgão de origem, tendo em vista que muitos dos que servem nos órgãos que compõe o CGIbr estão lotados nestes órgãos, mas prestaram seus concursos para outros. Em relação à formação educacional, diferenciamos o nível de formação dos indivíduos e a área do conhecimento proveniente do seu mais elevado grau de titulação. Nesta segunda categoria, encontramos um problema: o caso de dois Conselheiros com mais de uma especialização, em

diferentes áreas. Para esses casos, levamos em conta a titulação mais elevada condizente com a área de graduação do indivíduo. Não conseguimos encontrar informações quanto à formação em dois indivíduos do *corpus*. Estes casos estão indicados nos gráficos e tabelas do estudo como um rótulo a parte.

Sintetizamos as informações encontradas em rótulos de agrupamento, para facilitar a construção dos perfis:

**Tabela 2** – Rótulos de agrupamento da variável carreira

<b>Rótulos de Carreira</b>	<b>Inclui</b>
"Academia"	Concursados nas universidades públicas federais e estaduais, e nos institutos federais
"Agências"	Concursados nas agências regulatórias
"BancosPub"	Concursados no Banco do Brasil, na Caixa e no BNDES
"GovEst"	Concursados da burocracia estadual, exceto universidades
"GovFed"	Concursados nos ministérios e nas entidades vinculadas (CNPQ, Itamaraty, ITI e IPEA)
"Militar"	Concursados como oficiais do Exército, da Força Aérea e da Marinha
"Nomeado"	Todos aqueles que não possuem concursos públicos

Elaborado pelos autores.

**Tabela 3** – Rótulos de agrupamento da variável formação educacional, na categoria “nível”

Rótulos de Nível da Formação Educacional	Inclui
"Grad Inc"	Graduação de nível superior incompleta
"Grad"	Graduação de nível superior
"Mest/Esp"	Mestre ou Especialista
"Doc"	Doutor
"Ndif"	Não foi possível identificar

Elaborado pelos autores.

**Tabela 4** – Rótulos de agrupamento da variável formação educacional, na categoria “área”

Rótulos de Área da Formação Educacional	Inclui
“Militar”	Oficiais formados nas academias do Exército, da Força Aérea e da Marinha
“T.I”	Ciências da Computação, Informática, Processamento de Dados, Tecnologia de Informação, Redes
“Gestão”	Administração de empresas, Gestão Pública, Economia, Marketing, Gestão Industrial, Engenharia Econômica\
“Humanidades”	Comunicação, Filosofia, Direito, Pedagogia, Ciência Política, Relações Internacionais
“Engenharias”	Todas as engenharias, exceto "Engenharia Econômica"
“Naturais”	Física, Ecologia e Geologia
“Ndif”	Não foi possível identificar

Elaborado pelos autores.

Para além das duas variáveis e de suas categorias, também buscamos identificar se os indivíduos analisados foram nomeados mais de uma vez em um mesmo governo, e se foram nomeados em mais de um governo. Todas estas informações foram coletadas de múltiplas fontes:

notícias em jornais e revistas, documentos oficiais, perfis no *LinkedIn*, currículos depositados na plataforma Lattes, resumos biográficos de palestrantes, entre outras. Todas estas fontes e seus metadados podem ser acessados no banco de dados completo, publicado na plataforma Harvard Dataverse (ALBUQUERQUE; FANFA, 2021). A análise dos dados foi feita a parte do pacote “descr”, através do software “RStudio”, que possibilita a visualização de análises estatísticas descritivas de bancos de dados pela linguagem de programação “R”. A concepção dos gráficos foi realizada através do pacote “ggplot2”, também do “RStudio” (R, 2014).

## 4.2 Resultados

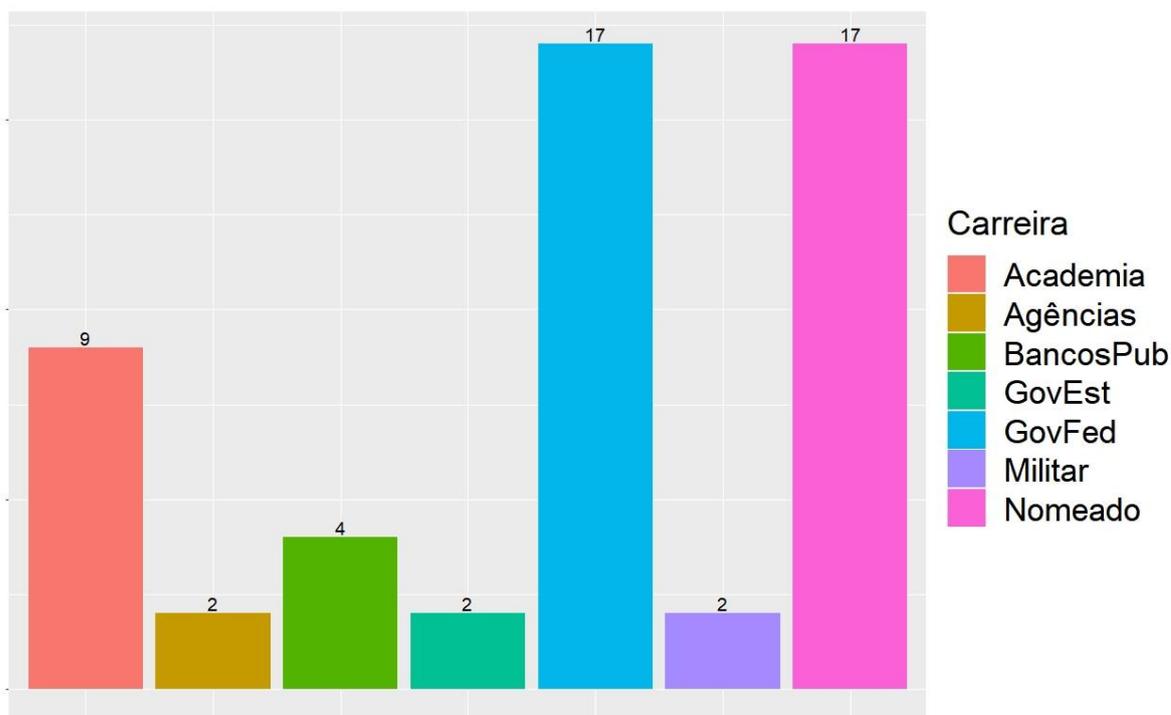
### 4.2.1 Perfil sociológico dos integrantes do CGIbr (2004-2020)

Aqui, trataremos do perfil geral dos indivíduos que ocuparam cadeira no Comitê por nomeação do governo, desconsiderando as múltiplas indicações que um mesmo indivíduo possa ter recebido. Dentre os 53 nomeados, apenas 6 (11.32%) foram nomeados mais de uma vez ao CGIbr em um mesmo governo. O mesmo número é o de indivíduos que foram indicados em mais de um governo. Apenas 2 indivíduos (3.77%) aparecem nas duas situações: foram renomeados mais de uma vez em um mesmo governo e nomeados ao Comitê em outro governo<sup>4</sup>. Isto indica que, no geral, há uma pluralidade de nomeados, sendo menos ocorrentes as repetições de nomeação. Além disso, os governos promovem, no geral, uma mudança de perfil dentre os indicados.

---

4 Adriano Silva Mota, nomeado uma vez no governo Lula e duas vezes no governo Dilma; e Luiz Antonio de Souza Cordeiro, nomeado duas vezes no governo Lula e duas vezes no governo Dilma.

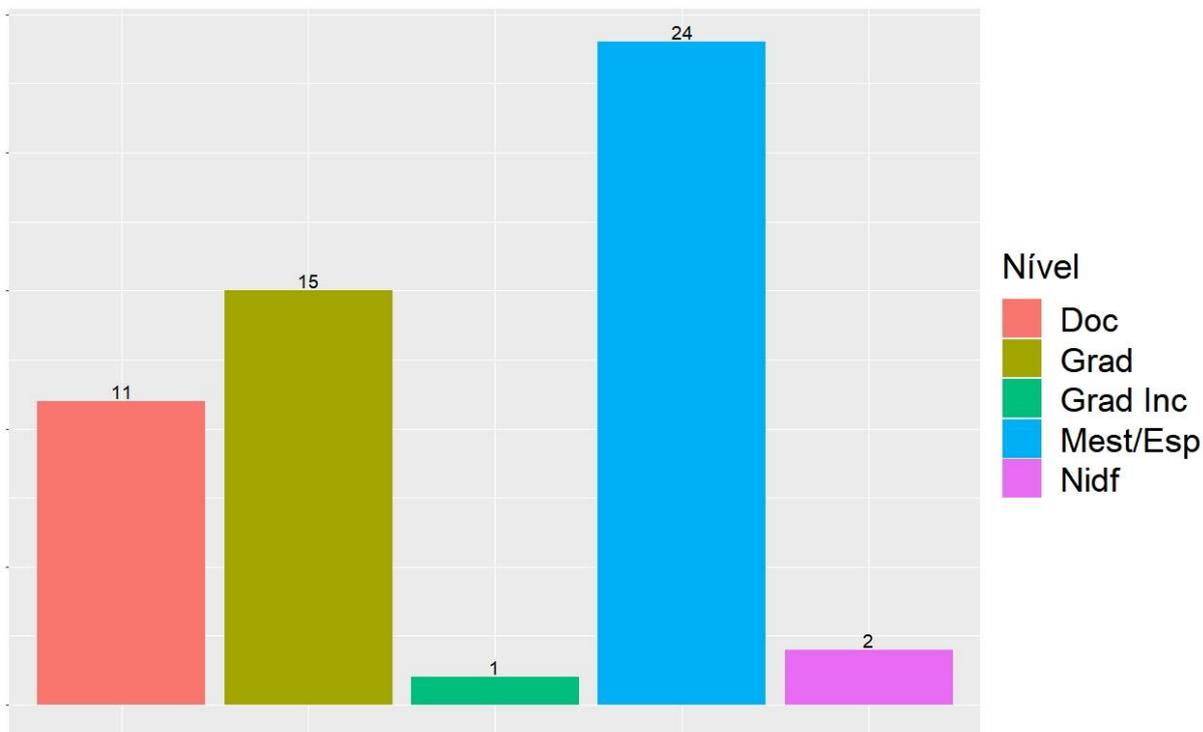
**Gráfico 2 – Carreiras dos nomeados ao CGIbr**



Fonte: Albuquerque e Fanfa (2021)

Como o gráfico 1 indica, as duas carreiras mais presentes no Conselho são a de funcionários da administração direta do Governo Federal e Funcionários Públicos Nomeados (32,07% cada). É possível a partir dessa informação refletir que tem mais propensão a entrar no Conselho aqueles mais próximos ao governo, e também aqueles cuja expertise garantiu participação no governo, mesmo não sendo servidores de carreira. Destaque também para os acadêmicos (16,98%), indicando que existe, em um recorte geral, um importante papel desempenhado pela pesquisa de ponta na composição do Conselho.

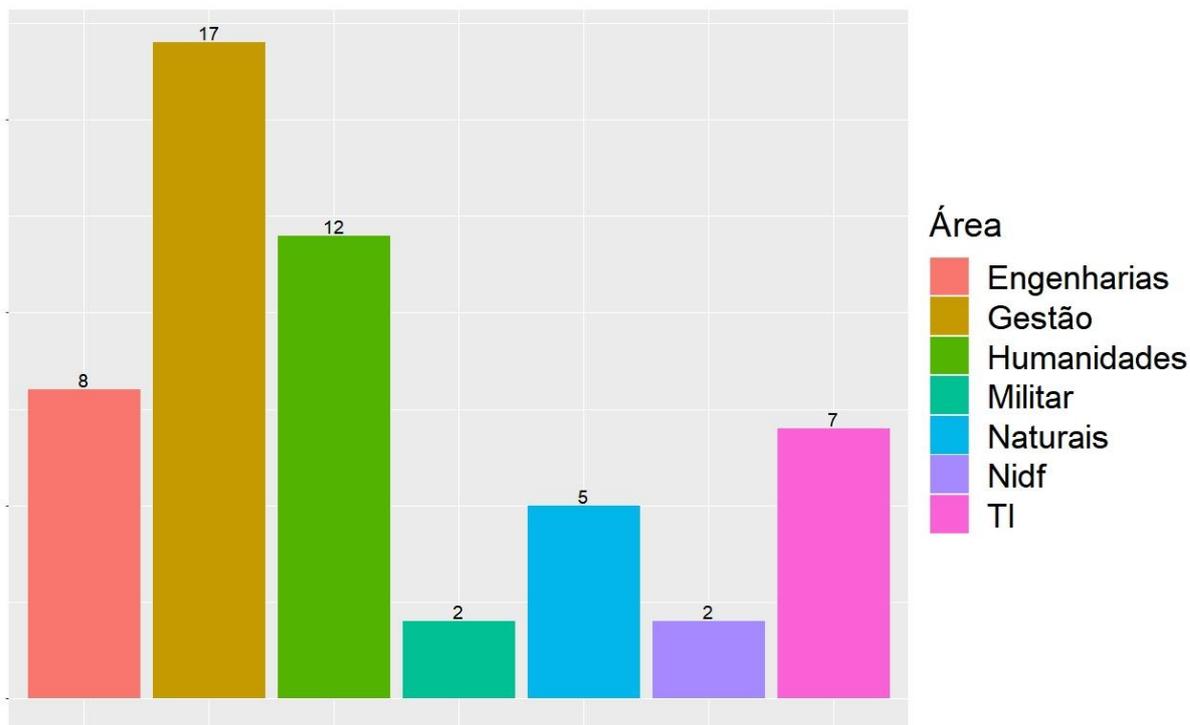
**Gráfico 3** – Nível de formação educacional dos nomeados ao CGIbr



Fonte: Albuquerque e Fanfa (2021)

É possível perceber que a nivelção mínima para ocupar o Comitê é o ensino superior, tendo em vista que apenas 1 indivíduo possui a sua graduação incompleta, afora os 2 cuja titulação acadêmica não foi possível identificar. A maioria dos indicados (45,28%) possuem o título de especialista ou mestre. Se somados aos doutores (20,75%), é possível chegar ao número de 35 pós-graduados, 66.03% do total. Esses dados indicam que há um forte nível de titulação acadêmica dentro do Comitê. Importante observar que 72.72% dos que possuem doutorado são oriundos da Academia, como esperado. Quanto aos que possuem mestrado ou especialização, 41.66% estão entre os nomeados. Se isolarmos a carreira “nomeados”, percebemos uma frequência de 64.64% de mestres, especialistas e doutores. Em resumo, a qualificação acadêmica aparece como um fator importante para que um servidor público não oriundo das carreiras de Estado galgue sua carreira até o CGIbr.

**Gráfico 4** – Área de formação educacional dos nomeados ao CGIbr



Fonte: Albuquerque e Fanfa (2021)

No que se refere à área de formação dos membros do Comitê, é possível perceber um considerável equilíbrio. A área que mais aparece é a dos gestores, com 32.07%. Em segundo lugar as humanidades, com 22.64%, seguida pelas engenharias com 15.09%, e os profissionais de TI, com 13.9%. Ao cruzarmos esses dados com os de carreira, é possível observar que a presença das áreas de gestão e humanidades se dão pelo fato de serem as áreas de formação mais presentes dentre as carreiras mais presentes. No caso dos servidores da administração federal (“GovFed”), 41.17% cursaram humanidades e 35.29% gestão. No caso dos nomeados, 35.29% cursaram gestão e 23,52% humanidades. O mesmo padrão se repete com os engenheiros: 50% destes são oriundos da administração federal ou nomeados. No caso dos formados em TI, 71.42% são oriundos destas duas carreiras. Um caso a se comentar é o das ciências naturais, que representam 9.43% do total dos indicados. Destes, 80% são de carreira acadêmica. No caminho inverso, 44.44% dos acadêmicos são estes estudiosos das ciências naturais. Isto significa dizer que, apesar da academia exercer um papel importante no Comitê, esta academia está consideravelmente setorizada.

A partir das homogeneidades encontradas nas variáveis e categorias do estudo, foi possível identificar quatro tipologias padrão que compõe o CGIbr. A sua descrição e frequência pode ser observada na tabela a seguir:

**Tabela 5** – Tipologias dos indicados ao CGIbr e suas frequências

Tipologia	Descrição	Frequência
"Burocrata pós-graduados"	Membros do Comitê servidores de carreira dos órgãos da administração federal e das agências regulatórias ou servidores nomeados, com titulação mínima de especialista nas áreas de Gestão, Humanidades, TI e Engenharias.	41.5%
"Burocrata graduado"	Membros do Comitê servidores de carreira dos órgãos da administração federal e das agências regulatórias ou servidores nomeados, com titulação de graduado nas áreas de Gestão, Humanidades, TI e Engenharias.	22.64%
"Doutor da Academia"	Servidores das universidades públicas com titulação de doutor.	15.09%
Demais perfis	–	20.75%

Fonte: Albuquerque e Fanfa (2021)

#### 4.2.2 Perfil sociológico dos indicados ao CGIbr nos governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro

Seguiremos aqui as mesmas variáveis do excerto anterior. Primeiro, em relação às renomeações em um mesmo governo e em governos diferentes:

**Tabela 6** – Renomeados nos mandatos de Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro

	Lula	Dilma	Temer	Bolsonaro
<b>Não Renomeados</b>	19 (82,6%)	14 (87,5%)	15 (100%)	6 (100%)
<b>Renomeados</b>	4 (17,39%)	2 (12,5%)	0 (0%)	0 (0%)
<b>Total</b>	23 (100%)	16 (100%)	15 (100%)	6 (100%)

Fonte: Albuquerque e Fanfa (2021)

**Tabela 7** – Renomeados em outros governos nos mandatos de Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro

	Lula	Dilma	Temer	Bolsonaro
<b>Não Renomeados</b>	23 (100%)	12 (75%)	13 (81,25%)	5 (83,33%)
<b>Renomeados</b>	0 (0%)	4 (25%)	2 (12,5%)	1 (16,66%)
<b>Total</b>	23 (100%)	16 (100%)	15 (100%)	6 (100%)

Fonte: Albuquerque e Fanfa (2021)

Como evidenciado no excerto 4.2.1, são poucos os casos de retorno ao cargo. Os governos Lula e Dilma são os que fizeram este retorno, mas é importante ressaltar que a diferença no recorte temporal impacta. Foram oito anos de governo Lula, pouco mais de cinco anos de governo Dilma,

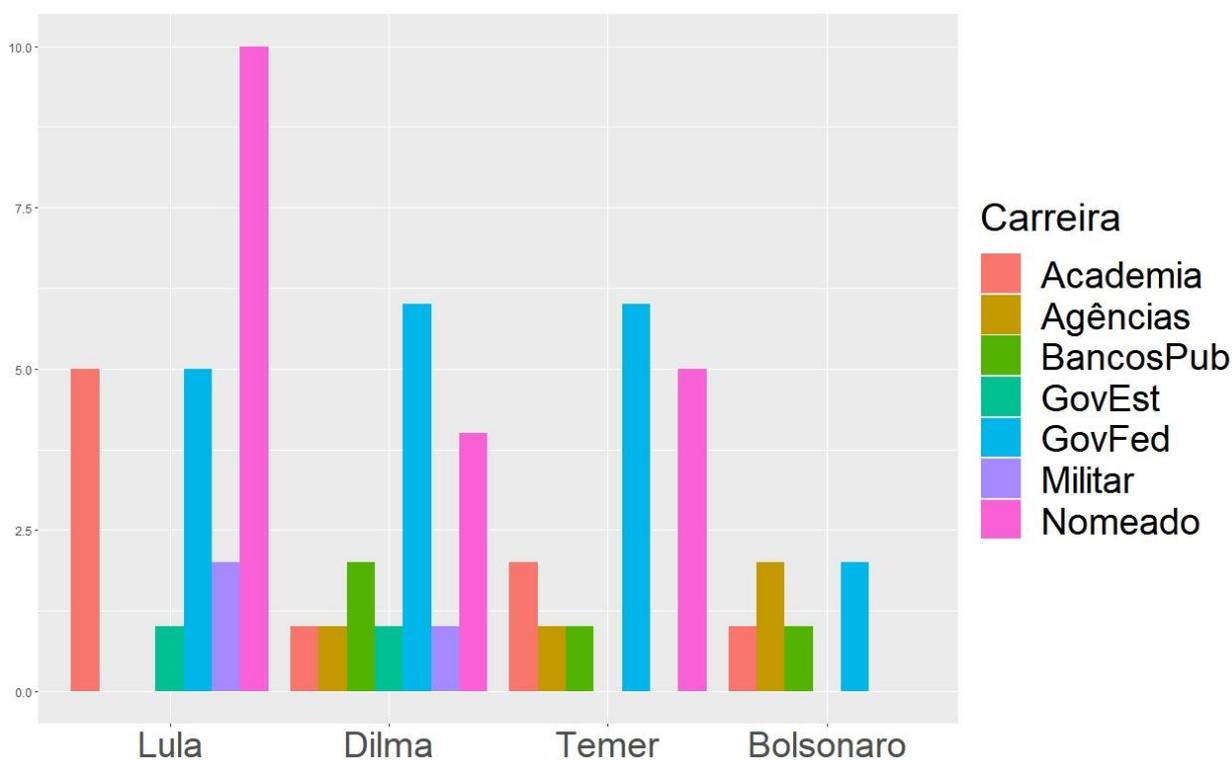
pouco menos de dois anos de governo Temer e dois anos de governo Bolsonaro. No caso das nomeações, é interessante perceber que Dilma é a governante que mais nomeou membros ao Comitê, no caso, oriundos do governo Lula.

**Tabela 7 – Carreiras dos nomeados ao CGIbr nos mandatos de Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro**

	Lula	Dilma	Temer	Bolsonaro
<b>Academia</b>	<b>5 (21.73%)</b>	1 (6.25%)	2 (13.33%)	1 (16.67%)
<b>Agências</b>	0 (0%)	1 (6.25%)	1 (6.67%)	<b>2 (33.33%)</b>
<b>BancosPub</b>	0 (0%)	2 (12.5%)	1 (6.67%)	1 (16.67%)
<b>GovEst</b>	1 (4.34%)	1 (6.25%)	0 (0%)	0 (0%)
<b>GovFed</b>	<b>5 (21.73%)</b>	<b>6 (37.5%)</b>	<b>6 (40%)</b>	<b>2 (33.33%)</b>
<b>Militar</b>	2 (8.7%)	1 (6.25%)	0 (0%)	0 (0%)
<b>Nomeado</b>	<b>10 (43.48%)</b>	<b>4 (25%)</b>	<b>5 (33.33%)</b>	0 (0%)
<b>Total</b>	<b>23 (100%)</b>	<b>16 (100%)</b>	<b>15 (100%)</b>	<b>6 (100%)</b>

Fonte: Albuquerque e Fanfa (2021)

**Gráfico 6 – Carreiras dos nomeados ao CGIbr nos mandatos de Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro**



Fonte: Albuquerque e Fanfa (2021)

Em termos de discrepâncias, notória a maior presença de acadêmicos no governo Lula que nos demais. Como foi possível observar no excerto anterior, servidores concursados da

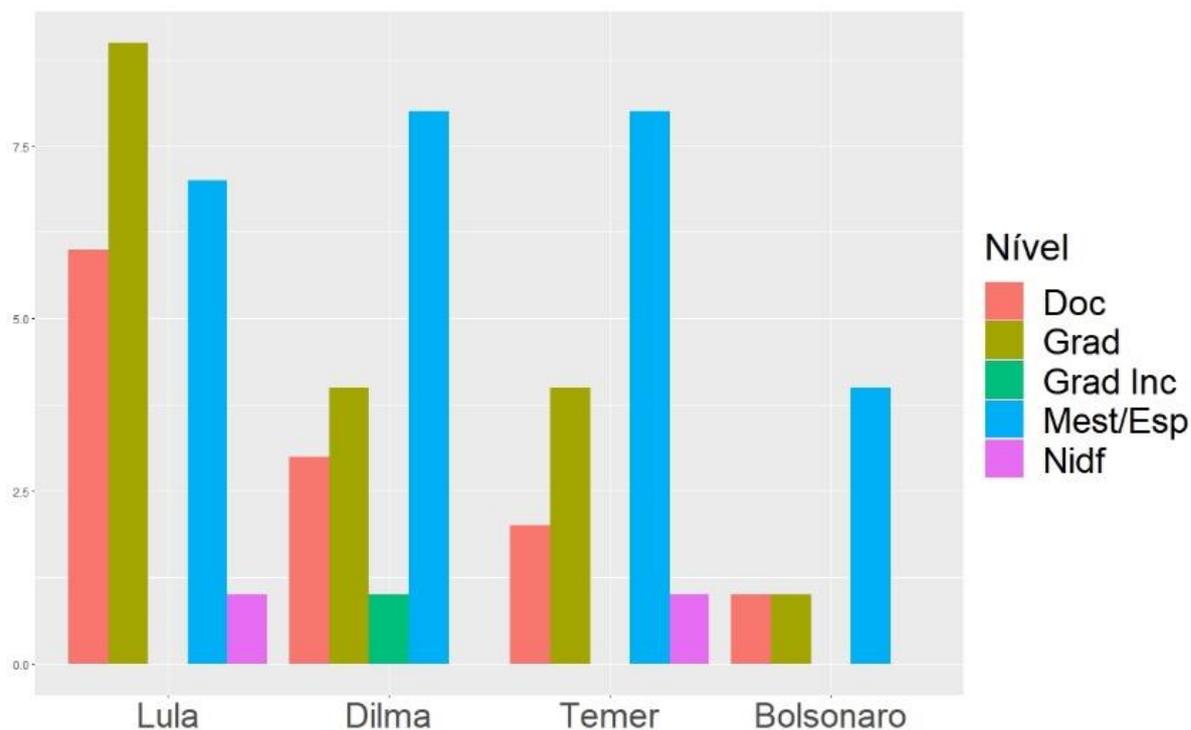
administração federal e nomeados formam a maioria dos indicados em todos os governos. Com o fim das administrações do PT, foi possível observar o desaparecimento de duas carreiras no CGIbr: oficiais das forças armadas e servidores recrutados das carreiras públicas estaduais. No caso do governo Bolsonaro, é possível destacar que os nomeados servidores concursados de agências regulatórias ocupam um peso proporcionalmente maior que nos outros governos. Outro elemento importante é a não presença de indicados nomeados.

**Tabela 8** – Nível de formação educacional dos nomeados ao CGIbr nos mandatos de Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro

	<b>Lula</b>	<b>Dilma</b>	<b>Temer</b>	<b>Bolsonaro</b>
<b>Doc</b>	<b>6 (26.08%)</b>	3 (18.75%)	2 (13.33%)	1 (16.67%)
<b>Grad</b>	<b>9 (39.13%)</b>	4 (25%)	4 (26.67%)	1 (16.67%)
<b>Grad Inc</b>	0 (0%)	1 (6.25%)	0 (0%)	0 (0%)
<b>Mest/Esp</b>	<b>7 (30.43%)</b>	<b>8 (50%)</b>	<b>8 (53.33%)</b>	<b>4 (66.67%)</b>
<b>Nidf</b>	1 (4.35%)	0(0%)	1 (6.67%)	0 (0%)
<b>Total</b>	<b>23 (100%)</b>	<b>16 (100%)</b>	<b>15 (100%)</b>	<b>6 (100%)</b>

Fonte: Albuquerque e Fanfa (2021)

**Gráfico 7** – Nível de formação educacional dos nomeados ao CGIbr nos mandatos de Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro



Fonte: Albuquerque e Fanfa (2021)

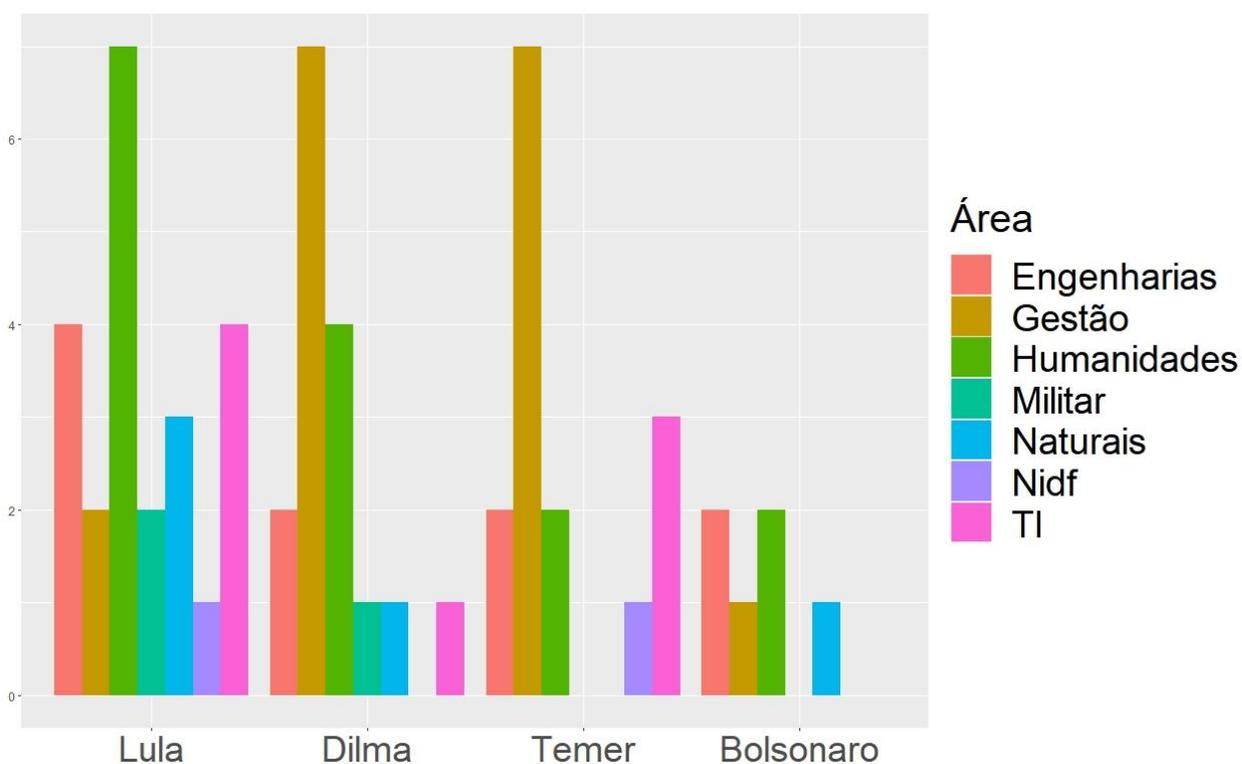
Como observado no item anterior, há a constante presença de mestres e especialistas dentre os indicados. O número de doutores, por outro lado, apresenta queda constante, de governo em governo. Por outro lado, também é constante a queda no número de indivíduos somente com a graduação. A tendência gradual no conselho parece ser a de formar um padrão de recrutamento que gira em torno de indivíduos com especialização educacional, que ultrapassem a graduação, porém com carreiras mais voltadas para o mercado e para a administração pública do que para a academia, amplamente relacionada com a obtenção da titulação de doutor.

**Tabela 9** – Área de formação educacional dos nomeados ao CGIbr nos mandatos de Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro

	<b>Lula</b>	<b>Dilma</b>	<b>Temer</b>	<b>Bolsonaro</b>
<b>Engenharias</b>	<b>4 (17.4%)</b>	2 (12.5%)	2 (13.33%)	<b>2 (33.33%)</b>
<b>Gestão</b>	2 (8.7%)	<b>7 (43.75%)</b>	<b>7 (46.67%)</b>	1 (16.67%)
<b>Humanidades</b>	<b>7 (30.43%)</b>	<b>4 (25%)</b>	2 (13.33%)	<b>2 (33.33%)</b>
<b>Militar</b>	2 (8.7%)	1 (6.25%)	0 (0%)	0 (0%)
<b>Naturais</b>	3 (13.04%)	1 (6.25)	0 (0%)	1 (16.67%)
<b>Nidf</b>	1 (4.34%)	0 (0%)	1 (6.67%)	0 (0%)
<b>TI</b>	<b>4 (17.4%)</b>	1 (6.25%)	<b>3 (20%)</b>	0 (0%)
<b>Total</b>	<b>23 (100%)</b>	<b>16 (100%)</b>	<b>15 (100%)</b>	<b>6 (100%)</b>

Fonte: Albuquerque e Fanfa (2021)

**Gráfico 8** – Área de formação educacional dos nomeados ao CGIbr nos mandatos de Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro



Fonte: Albuquerque e Fanfa (2021)

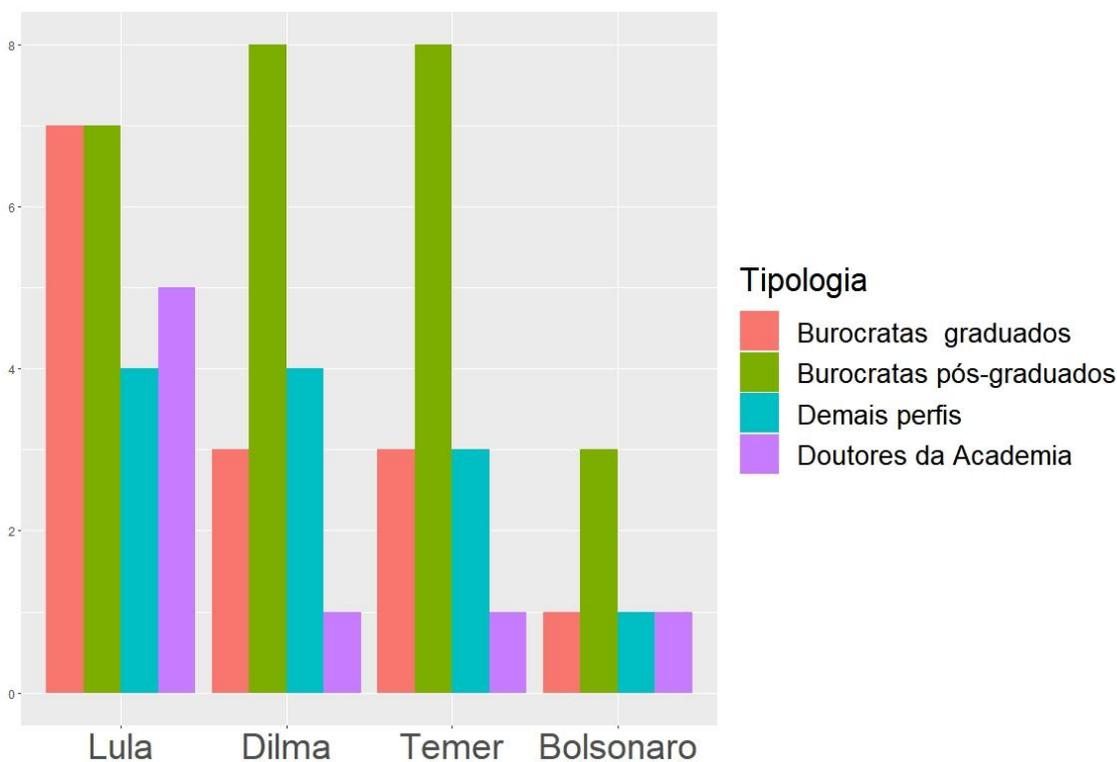
Aqui, é possível observar considerável presença de titulados nas áreas de gestão nos governos Dilma e Temer. No governo de Lula é possível perceber uma distribuição mais ampla de frequências, com os formados em humanidades possuindo uma ligeira superioridade. Outro elemento curioso, por ser, de certa forma, um cenário contraintuitivo em um órgão destinado à gestão da Internet, está na não superioridade de Engenheiros e especialistas de TI na composição do Comitê em nenhum recorte governamental.

**Tabela 10** – Tipologia dos nomeados ao CGIbr nos mandatos de Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro

	<b>Lula</b>	<b>Dilma</b>	<b>Temer</b>	<b>Bolsonaro</b>
<b>Burocratas graduados</b>	7 (30.43%)	3 (18.75%)	3 (20%)	1 (16.67%)
<b>Burocratas pós-graduados</b>	7 (30.43%)	8 (50%)	8 (53.33%)	3 (50%)
<b>Demais perfis</b>	4 (17.39%)	4 (25%)	3 (20%)	1 (16.67%)
<b>Doutores da Academia</b>	5 (21.73%)	1 (6.25%)	1 (6.66%)	1 (16.67%)
<b>Total</b>	23 (100%)	16 (100%)	15 (100%)	6 (100%)

Fonte: Albuquerque e Fanfa (2021)

**Gráfico 9** – Tipologia dos nomeados ao CGIbr nos mandatos de Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro



Fonte: Albuquerque e Fanfa (2021)

Nesta última análise, aplicamos as tipologias apresentadas anteriormente na tabela 5. Essas tipologias fazem parte de um exercício de pensar em padrões homogêneos nas diversas características mapeadas por nossas variáveis e categorias. É perceptível que o número de indicações que fogem a esse padrão de recrutamento não é desprezível, e aparece de maneira constante, em uma variância de 15% até 25% dos indicados. Como já pôde ser observado em todas as análises anteriores deste excerto, há uma gradual redução do papel de concursados da academia no Comitê. O governo Lula apresenta uma considerável proporção desse perfil, que depois é reduzida. Outra diferença entre o governo Lula e os demais é a presença de burocratas da administração federal (concursados e nomeados em órgãos do governo federal e agências regulatórias) com apenas o título de graduado. Esses burocratas, quando possuem uma titulação acima da graduação já são maioria na administração de Lula, mas tornam-se uma maioria ainda maior nas três administrações seguintes, aparecendo de maneira constante com em torno de 50% dos indicados. O que é perceptível nessa leitura é que, com o passar dos anos, o grau de homogeneização dos indicados ao CGIbr foi se ampliando, criando um perfil cada vez mais padronizado de recrutamento, formado por estes funcionários públicos do executivo federal e das agências regulatórias. Eles se destacam academicamente por possuir um grau de especialização acima da graduação, mas também não estão inseridos no meio acadêmico a ponto de adquirirem o título de doutores. A sua área de formação acadêmica é bastante heterogênea, incluindo principalmente especialistas em gestão e em humanidades, mas passando também por alguns engenheiros e profissionais da área da T.I.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O CGIbr é, como expomos anteriormente, uma das principais organizações que constroem a Internet brasileira. Estudar as decisões acerca de quem o governo federal indica para compor o comitê é considerar o perfil de quem constrói a Internet.

Partimos da premissa de que a tecnologia não é um fenômeno autônomo e neutro de valores, é controlada por humanos, e de que a Internet é uma das tecnologias de comunicação responsáveis pelos fenômenos sociais relacionados à digitalização. Em tal sentido, o CGIbr se torna um dos espaços onde o Estado brasileiro é diretamente capaz de dirigir ao menos alguns aspectos da digitalização, e ele o faz através dos indicados aqui perfilados. Conhecer a relação entre mídia, tecnologia e sociedade envolve conhecer tais perfis.

No excerto empírico de nosso trabalho, foi possível observar a ampliação da homogeneização do perfil dos indicados ao Comitê. É interessante explorar que este grau de homogeneização cresce à medida que a importância da Internet aumenta tanto em número de usuários quanto em valores movimentados pelo setor. É possível deduzir que, enquanto a Internet era uma tecnologia

de comunicação secundária, uma aventura técnica, o governo federal se permite indicar perfis variados. À medida que vai se tornando mais central, o perfil dos indicados se torna mais homogêneo. Ou seja, os governos podem ter passado a indicar não necessariamente alguém qualificado para contribuir com as pautas que surgem no comitê, mas pessoas que em primeiro lugar representem os interesses do governo.

O presente trabalho ressoa alguns achados mencionados anteriormente de Fabrício Solagna (2020) acerca das transformações nas disputas das eleições de conselheiros de setores não-governamentais. A homogeneização no perfil aqui descrita coincide temporalmente com a observação de Solagna (2020) do surgimento de coalizões mais alinhadas às posições das empresas de telecomunicação e que defendem que o CGIbr se concentre na gestão de decisões técnicas.

Um aspecto contraintuitivo de nossas conclusões é o de que não há um recorte de transição de perfil baseado no perfil ideológico do governo. Enquanto o governo Lula da Silva apresenta uma maior heterogeneidade, inclusive com forte presença de conselheiros oriundos da academia, já a partir do governo Dilma Rousseff, do mesmo partido de Lula, é possível observar a consolidação do perfil burocrático-administrativo oriundo da administração federal. A partir desse aspecto, acreditamos que esse achado abre espaço para estudos futuros sobre o afastamento das discussões de cunho acadêmico, de maior aprofundamento reflexivo, na gestão da Internet brasileira. Outro aspecto importante é o de que a escolaridade é uma variável relevante para o recrutamento, com a constante ampliação dos burocratas que possuam, pelo menos, algum nível de pós-graduação em relação aos que são apenas graduados.

Uma das limitações de nosso estudo é não abordarmos as diferenças de carreira dentre os servidores nomeados. Alguns destes fizeram carreira no serviço público, sendo múltiplas vezes nomeados para agências e órgãos da administração federal. Outros, tem a sua trajetória proveniente do setor privado. Essas diferenciações podem revelar elementos importantes, especialmente se forem acrescidas a variáveis quanto às carreiras dos indivíduos posteriores à ocupação de cadeira no CGIbr, conectando esses achados com a agenda de pesquisa das “portas-giratórias”. Temos aqui um caminho indicativo para futuros estudos.

### ***REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS***

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time?. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, p. 111–126, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>>. Acesso em 16/07/2021.

ALBUQUERQUE, Mateus C. M. de; FANFA, Maurício de Souza. "Conselheiros nomeados pelo governo brasileiro ao Comitê Gestor da Internet (CGIbr) entre os anos de 2004 e 2020". **Harvard Dataverse**, V2, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.7910/DVN/33FA8Y>>. Acesso em: 16/07/2021.

BAUMAN, Zygmunt *et al.* Após Snowden: Repensando o Impacto da Vigilância. **Revista ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 8–35, 2015. Disponível em: <[https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/2660](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/2660)>. Acesso em 16/07/2021.

BRASIL. **Decreto nº 4.829, de 3 de setembro de 2003**. Dispõe sobre a criação do Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGIbr, sobre o modelo de governança da Internet no Brasil, e dá outras providências. 3 set. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4829.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4829.htm)>. Acesso em 16/07/2021.

BRASIL. **Lei Nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. 23 abr. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm)>. Acesso em 16/07/2021.

BRASIL. **Portaria Interministerial MCT/MC nº 147, de 31.05.1995**. Cria o Comitê Gestor Internet Brasil. 31 mai. 1995. Disponível em: <[https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias\\_interministeriais/migracao/Portaria Interministerial MCTMC n 147 de 31051995.html](https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias_interministeriais/migracao/Portaria%20Interministerial%20MCTMC%20n%20147%20de%2031051995.html)>. Acesso em 16/07/2021.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CÉSAR, Daniel; BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco. Marco civil da Internet e neutralidade da rede: aspectos jurídicos e tecnológicos. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, v. 12, n. 1, p. 65–88, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5902/1981369423288>>. Acesso em 16/07/2021.

CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://revista.internetlab.org.br/serifcomo-vencer-uma-eleicao-sem-sair-de-casa-serif-a-ascensao-do-populismo-digital-no-brasil/>>. Acesso em 16/07/2021.

CGIBR. **Composição do CGIbr**. [2021b]. Disponível em: <<https://cgi.br/membros/>>. Acesso em 16/07/2021.

CGIBR. **História do CGIBR**. [2021a]. Disponível em: <<https://www.cgi.br/historicos/>>. Acesso em 16/07/2021.

CGIBR. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2019**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2019/>>. Acesso em 16/07/2021.

COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. **The Mediated Construction of Reality**. Cambridge: Polity Press, 2017.

DENARDIS, Laura.; MUSIANI, Francesca. Governance by Infrastructure. In: MUSIANI, Francesca. et al. (org.). **The Turn to Infrastructure in Internet Governance**. New York: Palgrave Macmillan US, 2016. (Information Technology and Global Governance). p. 3–21. Disponível em: <[https://doi.org/10.1057/9781137483591\\_1](https://doi.org/10.1057/9781137483591_1)>. Acesso em 16/07/2021.

DENARDIS, Laura. **The Global War for Internet Governance**. New Haven: Yale University Press, 2014.

GROHMANN, Rafael. Novos dispositivos de comunicação e censura: internet, vigilância e controle no capitalismo atual. **Paradoxos**, v. 1, n. 1, p. 58–69, 2016.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.

MORLEY, David. For a Materialist, Non-Mediacentric Media Studies. **Television & New Media**, v. 10, n. 1, p. 114–116, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177%2F1527476408327173>>. Acesso em 16/07/2021.

MUELLER, Milton. **Networks and states: the global politics of Internet governance**. Cambridge, Mass: MIT Press, 2010.

PERISSINOTTO, Renato. Artigo: Política e sociedade: por uma volta à Sociologia Política. **Política & sociedade**, v. 3, n. 5, p. 203-232, 2004.

RAYMOND, Mark; DENARDIS, Laura. Multistakeholderism: anatomy of an inchoate global institution. **International Theory**, Cambridge, v. 7, n. 3, p. 572–616, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S1752971915000081>>. Acesso em 16/07/2021.

R Core Team. R: A Language and Environment for Statistical Computing. Vienna, Austria, 2014.  
Disponível em: <<https://R-project.org>>. Acesso em 16/07/2021.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; CASSINO, João Francisco. Comunicação militarizada: a internet e os novos formatos da guerra. **Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 11–20, 2020.  
Disponível em: <<https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.02>>. Acesso em 16/07/2021.

SOLAGNA, Fabrício. **30 anos de governança da internet no Brasil**: coalizões e ideias em disputa pela rede. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/212954>>. Acesso em 16/07/2021.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Rev.Sociol.Polit.**, Curitiba, v.19, p. 115-1371, jun. 2011.  
UOL. Marco civil deve ser votado nesta semana; neutralidade é impasse. **Tilt Uol**. 29 out. 2013.  
Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2013/10/29/marco-civil-pode-ser-votado-nessa-semana-neutralidade-e-impasse.htm>>. Acesso em 16/07/2021.